



RIBEIRO, Djamila. Pequeno manual antirracista. São Paulo: Companhia das letras, 2019

Djamila Ribeiro, filósofa, ativista e escritora na luta contra o racismo e ao feminicídio

Luana Pereira da Cunha¹

* * *

A filósofa, mestra em Filosofia Política pela Universidade Federal de São Paulo, feminista e negra, Djamila Taís Ribeiro dos Santos, lançou uma importante obra para a sociedade brasileira, intitulada “Pequeno Manual Antirracista”. De forma didática, a autora apresenta conceitos e reflexões a respeito do racismo na realidade do Brasil. Com resultado, as ideias defendidas provocam o leitor, que passa a reconhecer, cognitivamente, o racismo enquanto estrutural e a perceberem como ele se manifesta em diferentes dimensões que vão do individual ao cultural, e do econômico ao político.

A ativista busca conscientizar as pessoas a reconhecerem o racismo, estrutura que privilegia os brancos e oprimem os corpos negros na sociedade e nos discursos reproduzidos diariamente. Tratam-se não só de discursos de ódio, como também de reprodução de signos excludentes e violadores de direitos em uma sociedade complexa, desigual e marcada por relações escravagistas. É preciso questionar as relações raciais construídas ao longo do desenvolvimento cultural e industrial do Brasil para atenuar a reflexão e o questionamento, sobretudo a ação de mudar (do discurso à prática). Na obra, a feminista realiza o diálogo com autores como Munanga, Freyre e Freire, que reafirmam as reflexões sobre o racismo e a necessidade de mudar a realidade social.

¹ Graduanda em Licenciatura em Pedagogia da Universidade Federal do Rio Grande do Norte. E-mail: luanapcunha@hotmail.com

O Manual provoca a reflexão de o papel do branco na sociedade é pensar e questionar a estrutura das relações intersubjetivas na sociedade de consumo, como: violação ao direito à existência, necropolítica, Estado Penal, a hipersexualização dos corpos negros, as condições sócio-econômicos, além disso, enxergar os privilégios, suas responsabilidades diante das injustiças contra grupos sociais. No decorrer da obra, é exposto que, desde cedo, as pessoas negras são levadas a refletir sobre sua condição racial, afirmando que ser diferente significa não ser branca, e a condição de ser negra, passa a ser apontada como um defeito.

Não raro é reconhecido em discursos da população negra que, durante sua infância, sofre o bullying racista. Djamil, no Manual, afirma que a criança “não se descobre negra, acaba sendo acusada de sê-la”. Assim, é preciso quebrar a visão de que só as pessoas brancas são bonitas e não devem ser as únicas a ter suas características naturais valorizadas. Nesta situação, surge o papel da escola em desenvolver práticas de combate ao bullying racista desenvolvendo propostas pedagógicas que contribuam no processo de empoderamento no combate as desigualdades.

A partir de dados (estatística) e história, apresenta-se uma pesquisa do Datafolha, feita na década de 90, em que as pessoas reconheciam que o Brasil era um país racista, mas, quando questionadas se elas eram racistas, a resposta era não. Diante do resultado, o leitor é instigado: “se a população negra é a maioria no país, as ausências dessas pessoas em espaços diversificados da sociedade devem ser questionadas”. Propõe-se, que o branco reconheça seu espaço de privilégio e, além disso, como sugere a pensadora negra Audre Lorde assuma uma postura crítica de matar o opressor e fazer cobrança. Para Djamil, nenhuma mudança vem sem conflito, é preciso incomodar e fazer com que a presença seja percebida, pois existe uma resistência a ser superada.

É preciso quebrar os estereótipos que são impostos e tomados como verdade absoluta, por exemplo, as representações sóciodiscursivas, de quê

pessoas negras não são capazes. Ela relata que cursando Filosofia, os colegas de grupo questionavam sua capacidade de realizar o trabalho e, muitas vezes, queriam determinar que ela desenvolvesse a parte considerada mais fácil. Djamila denuncia ainda que não estudou nenhum autor negro, pois as pessoas continuam a ter seu conhecimento pautado no branco e no Americano, permitindo que a história seja sempre contada do ponto de vista do poder. A filósofa traz à tona o conceito de epistemicídio, estudado também por Sueli Carneiro e Boaventura de Sousa Santos, que significa o silenciamento do conhecimento produzido pelos grupos oprimidos, anulando a capacidade de produção científica deste grupo, é preciso reafirmar a necessidade de começar a compreender e estudar a história, os conhecimentos e as obras produzidas pelos negros.

A feminista também instiga a reflexão da apropriação cultural. Ela afirma que, quando se consome elementos da cultura negra, é preciso questionar quais são as mazelas, as injustiças, qual significado de determinado elemento e não desrespeitar estes símbolos, por exemplo, o turbante que não deve ser utilizado esvaziado de sentido. É preciso observar, quais os papéis ocupados pelos negros na teledramaturgia, que, em sua maioria, atuam como bandidos ou empregados e combater o racismo recreativo, que encobre o racismo por meio do humor. A ativista impulsiona a pensar que, além de questionar esses lugares, é preciso também reivindicar por representatividade.

Na sociedade machista e racista em que vivemos, as mulheres negras são hipersexualizadas, passando, desde o período colonial, a imagem de que são “fáceis”, “lascivas”, utilizando essas características para justificar o abuso nos corpos negros. Diante disso, Sueli Carneiro (2003, p. 129) afirma que é preciso unir os movimentos para “pensar a contribuição do feminismo negro na luta anti-racista e trazer à tona as implicações do racismo e do sexismo que condenaram as mulheres negras a uma situação perversa e cruel de exclusão e marginalização sociais”. Analisando todos esses

apontamentos é preciso uma reestruturação social complexa, a partir da qual a população negra venha ocupar os espaços civis e sociais, por meio de políticas públicas, representatividade, garantia de direitos civis e políticos e etc, para que a desigualdade racial possa se transformar e não perpetuar o racismo que exclui, oprime e agride.

A educação, como mecanismo de transformação social, não pode ficar alheia a essa questão do racismo estrutural. É preciso propor uma pedagogia e didática antiracista, Paulo Freire (2003) afirma que na ação docente o educador precisa propor mecanismo de intervenções na sociedade. Com a Lei Nº 11.645/2008, que obriga o ensino de história e cultura afro-brasileira, africana e dos povos indígenas no Ensino Fundamental e Médio (BRASIL, 2008), é possível perceber o avanço na construção da subjetividade e romper a visão da história apenas pelo poder. Contudo, mesmo com o avanço dessas políticas, é preciso garantir a sua efetivação e um ensino significativo.

Dentre as diversas ferramentas didático-pedagógicas, a literatura negra torna-se essencial na aprendizagem e efetivação das leis. Por meio dela, é possível questionar “os estereótipos e estigmas relacionados a esse segmento da população; produzir sentimento de representatividade nas crianças afrodescendentes; proporcionar contato com as diversidades raciais, geográficas, de gênero, de classe e lingüísticas (Souza e Boakari, 2018, p. 85)”. Outro símbolo de resistência negra é a música, elemento cultural da formação de identidade e resistência à escravidão, tornando-se a forma que os escravos passavam os costumes, as tradições e os conhecimentos para as novas gerações (Portal Geledés, 2017). Em sala de aula, deve-se trabalhar este símbolo da cultura negra que é representada desde “a musicalidade religiosa nos terreiros de umbanda e candomblé até as dimensões do samba, funk e hip hop, entre outros ritmos (FERNANDES et al, 2019, p. 2)”, assim ela deve ser trabalhada para além do entretenimento e da arte, como uma construção de identidade e resistência. A educação, nesta perspectiva,

contribui para valorização desta cultura, representatividade e a formação crítica da sociedade, buscando romper as estruturas do racismo.

É necessário desenvolver uma pedagogia e didática antirracista que lute contra o racismo, que não seja neutra no espaço escolar, garantindo o que afirma o Artigo 7º da Declaração Universal dos Direitos Humanos “todos são iguais perante a lei e tem direito, sem qualquer distinção, a igual proteção da lei. Todos têm direito a igual proteção contra qualquer discriminação que viole a presente Declaração e contra qualquer incitamento a tal discriminação”. Desenvolvendo, assim, uma educação para os valores humanos oportunizando o exercício da cidadania, com respeito à dignidade humana, do reconhecimento e valorização da pluralidade cultural.

Referências

FERNANDES, Gilson et al. *O rap como ferramenta de resistência: a influência da musicalidade de Djonga para a construção de sentido da luta negra no País*. Anais do XXIV Congresso de Ciências da Comunicação na Região Sudeste, 2019.

FREIRE, Paulo. *Cartas a Cristina: reflexões sobre minha vida e minha práxis*. 2ª ed. São Paulo: UNESP, 2003.

JULIO, Ana Luiza dos Santos; STREY, Marlene Neves. A Educação como medida de eliminação do racismo: uma questão de direitos humanos. *Revista Educação por Escrito*. Rio Grande do Sul: PUCRS, v.2, n.1, p. 42-54, jun, 2011.

PORTAL GELEDÉS. *A musicalidade negra como resistência*. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/musicalidade-negra-como-resistencia/>. Acesso em: 24 de junho de 2020.

SOUZA, Emanuella Geovana Magalhães de; BOAKARI, Francis Musa. Resistindo ao epistemicídio: em busca de uma literatura infantil afro-brasileira, moçambicana e angolana. *Revista Mulemba*. Rio de Janeiro: UFRJ, v. 10, n. 19, p.82-98, jul.-dez, 2018.

Recebido em janeiro de 2021.
Aprovado em fevereiro de 2021.

